

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DE GOIÁS: DESAFIOS E LIMITES

Yara Fonseca de Oliveira e Silva
Universidade Estadual de Goiás
yarafonseca@hotmail.com

Marlene Barbosa de Freitas Reis
Universidade Estadual de Goiás
marlenebfreis@hotmail.com

Resumo: O estudo é resultado de projeto de pesquisa para pensar a educação superior, em específico o estudo de caso da Universidade Estadual de Goiás - UEG, no processo de mundialização em que se tem uma concorrência acirrada entre as nações. No Brasil é visível as características das reformas no cotidiano das pessoas através do acesso ao ensino superior, da privatização dos serviços educacionais, na busca de padrões mais elevados, no aprimoramento do profissional. Necessário se faz rever as questões e influências político-econômicas do modo de produção capitalista, no intuito de discutir o papel da universidade.

Palavras-chave: educação superior; reestruturação produtiva; organismos multilaterais.

INTRODUÇÃO

A afirmativa de que *só a educação é capaz de combater a desigualdade social do mundo* (grifo nosso) está presente nas discussões atuais da vida cotidiana. É através da linguagem, que se alcança a qualidade da objetividade (BERGER & LUCKMANN, 1985) e o poder de transcender uma idéia. Esse pressuposto presentifica-se no mundo inteiro, no início do século XXI e com isso aparentemente a educação se mostra salvadora como se fosse realmente a única alternativa para superar a injustiça social que se encontra dentro de um contexto sócio-político e econômico.

O presente artigo objetiva pensar a educação superior e sua proposta de formação em específico no Estado de Goiás-Brasil. Necessário se faz rever as questões e influências político-econômicas do modo de produção capitalista, ou seja, o contexto de acumulação flexível, de globalização e mundialização do capital, bem como as reformas educacionais que se orientam pelos organismos multilaterais – BM, ONU, UNESCO e FMI –, no intuito de discutir o papel da universidade e o descaso com o setor público e que ao mesmo tempo facilita a entrada do mercado privado, nesse sentido tem-se o estudo de caso da UEG – Universidade Estadual de Goiás -, que se propõe a formar profissionais para atuar no mercado de trabalho do atual contexto de políticas neoliberais.

A Educação Superior e o contexto do mundo capitalista

A universidade enquanto instituição social tem sofrido exigências cada vez maiores da sociedade, enquanto lugar de produção e de transmissão de conhecimentos. Ao longo do

século XX constata-se diversas manifestações de movimentos e desafios na educação superior no Brasil e na América Latina, para Trindade (2000), os movimentos de greves resultaram em um discurso simbólico que se constitui hoje em capital político na defesa ou na crítica da universidade, o desafio, portanto, para o século XXI é a redefinição dessa educação face às transformações ocorridas no cenário político-econômico.

No mundo ocidental de acordo com Santos (1996), a universidade *tinha como objetivos permanentes até a década de sessenta a transmissão de cultura; ensino de profissões; investigação científica e educação dos novos homens de ciência*, ao receber pressões para alteração, uma multiplicidade de objetivos são refeitos, importa ressaltar, ainda de acordo com Santos, o de *fornecimento de mão-de-obra qualificada* presente no relatório da OCDE¹ (1987), tem-se então o acesso de “massas” e possivelmente as dificuldades de aprendizagem aparecem na formação em nível superior e conseqüentemente a qualidade dessa formação tem sido alvo de críticas e preocupações no momento de reformulação da educação superior na América Latina.

A educação superior na América Latina e Caribe de acordo com documento sobre a *metamorfose da educação superior* no IESALC² (2000-2005), trata das reformas que tem início no século XX, por causa do processo de industrialização e urbanização que solicitou a democratização e a expansão da universidade, na tentativa de superar o caráter elitista e possibilitar a formação profissional aos novos contingentes urbanos propiciando assim mobilidade social. As reformas em educação ocorrem, portanto, para dar respostas a problemas que se confrontam no âmbito político, econômico e social. No caso do ensino superior é preciso repensar e promover mudanças em sua estrutura para as relações com a sociedade do conhecimento.

Nesse contexto a situação da universidade nos países em desenvolvimento, como é o caso de países da América Latina, é contraditória no sentido de ser por um lado a instituição que deve prover a formação de qualidade às pessoas, a massa crítica para que ocorra o desenvolvimento sócio-econômico desses países e assim diminuir as disparidades em relação aos países desenvolvidos, por outro lado a mesma vem sendo transformada em treinamento para atender ao mercado de trabalho. Para compreender o papel que a universidade pública vem assumindo é necessário rever o contexto de reestruturação produtiva e seus reflexos no campo educacional.

A sociedade atual é palco de grandes transformações. Presencia-se uma fase do capitalismo em que o conhecimento transforma-se em uma nova mercadoria, entre outras, à qual poucos têm acesso. Neste contexto de *acumulação flexível*³, testemunha-se uma transição histórica que tem como conseqüência um individualismo mais competitivo, uma concentração de renda que, com o uso de computadores, de comunicações eletrônicas e da linguagem virtual,

1 Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

2 Informe sobre la educación superior em América Latina y el Caribe 2000-2005.

3 Segundo Harvey (1992), a acumulação flexível caracteriza-se pela flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, pelo surgimento de novos setores de produção, de inovações tecnológicas, comerciais e organizacionais, desenvolvimento desigual das regiões subdesenvolvidas, desemprego, subemprego, terceirização, prestação de serviço, desvalorização dos sindicatos.

que acentuam o significado da coordenação instantânea dos fluxos financeiros, cada vez mais beneficia uma minoria já privilegiada, para um modo de produção capitalista que celebra a moda, a mercadificação de formas culturais, nas quais as novas tecnologias são estruturalmente poupadoras de força de trabalho, agravando o desemprego, o subdesemprego e o trabalho informal.

No processo de mundialização tem-se uma concorrência acirrada entre as nações, estimulando o aumento da produtividade econômica e conseqüentemente o aprimoramento da mão-de-obra. Nesse contexto ocorrem às reações no campo educacional, para Carnoy (2002), essas reações se traduzem em três tipos de reformas, as fundadas na competitividade, as fundadas nos imperativos financeiros e as fundadas na equidade. No Brasil é visível as características dessas reformas no cotidiano das pessoas através do acesso ao ensino superior, da privatização dos serviços educacionais, na busca de padrões mais elevados, no aprimoramento do profissional, na redução de gastos públicos com a educação, privilegia-se o financiamento do ensino básico em detrimento do ensino superior, o imperativo financeiro visa reduzir os gastos públicos com a educação.

O que é perceptível neste estudo do contexto de reestruturação produtiva é que a ideologia neoliberal favorece a exclusão social e o neoliberalismo surge, para restabelecer a hegemonia burguesa no quadro desta nova configuração do capitalismo, o indivíduo sofre efeito que não é percebido de maneira tão intensa como nos modos de produção anteriores, que é a alienação⁴, o indivíduo do capitalismo não consegue perceber a complexidade das relações que o cercam.

O neoliberalismo de mercado surge com uma nova roupagem a partir da década de 1980, segundo Oliveira, Libâneo, e Toschi (2003, p.97), esta é a *denominação de uma corrente doutrinária do liberalismo que se opõe ao social-liberalismo (...) preconizando a minimização do Estado, a economia com plena liberação das forças de mercado e a liberdade da iniciativa econômico*. A doutrina do Estado Mínimo apreçoada pelos neoliberais, ou seja, como afirma Hayek (1990, p.88),

o Estado deve limitar-se a estabelecer normas aplicáveis a situações gerais deixando os indivíduos livres em tudo que depende das circunstâncias de tempo e de lugar, porque só os indivíduos poderão conhecer plenamente as circunstâncias em cada caso e a elas adaptar suas ações.

Hayek (1990) propõe, em sua doutrina liberal, uma sociedade individualista, que busca a liberdade da livre concorrência, considerando a concorrência um método superior, que pode ajustar suas atividades sem a intervenção coercitiva da autoridade. Todos devem ter liberdade para vender e comprar e o acesso às diferentes ocupações deve ser franqueado a todos.

4 O conceito depende da definição de homem, se o homem é racionalidade operante e ativa, é entregar-se ao instinto; se o homem é razão (entendida de qualquer modo) é refugiar-se na fantasia. Para Marx, alienação é o processo pelo qual o homem se torna *alheio a si*, a ponto de não se reconhecer.

O processo de globalização, na qualidade de dinamizador desta valoração, quiçá equivocada, do conhecimento como produto econômico e de sua transmissão também submetida a um mercado, surge com propostas atraentes aos interesses de alguns em sua idealização, como o acesso de países em desenvolvimento a novos mercados, conhecimentos, tecnologias, culturas. Porém, é um processo que agrava ainda mais as desigualdades sociais e econômicas propondo uma homogeneização cultural nos moldes norte-americanos. Stiglitz (2002, p. 32) compreende que a

distância cada vez maior entre os que têm e os que não têm vem deixando um número bastante grande de pessoas no Terceiro Mundo num estado lamentável de miséria. (...) Apesar das repetidas promessas de redução dos índices de pobreza feitas durante a última década do séc XX, o número dos que vivem na miséria efetivamente aumentou, e muito.

Conforme mostra Chesnais (1996, p.260), os estados nacionais foram obrigados a se filiar as políticas amplas, com um primeiro enfoque financeiro de desregulamentação, e perderam o controle de seus mercados. Nas palavras do autor,

todo Estado que não pretenda denunciar essas práticas, nem colocar sob a acusação a política dos EUA, mas que também queira colocar seus bônus do Tesouro é obrigado a se alinhar às práticas americanas.(...) O mesmo vale para a desregulamentação (...) todo estado que não esteja disposto a abrir um confronto direto com os ninhos de capital monetário concentrado de seu país (bancos, grandes companhias de seguro), é obrigado a acompanhar, ou até a antecipar-se aos demais.

A desregulamentação, que começa pelo mercado financeiro, é parte da ideologia⁵ do livre mercado, que também pressupõe uma liberdade irrestrita do poder econômico e a prospecção de novos negócios. Ocorre uma mercantilização também irrestrita de setores absolutamente humanos e talvez desinteressantes para a preservação cultural da maioria dos países. Dentre estes setores, está a educação, como afirma Apple (2003, p.24), *ver a educação como parte de um mecanismo de troca de mercado torna aspectos cruciais literalmente invisíveis, impedindo a crítica antes mesmo que ela comece*, sendo o mercado forte e o Estado fraco, seleciona as escolas e essas selecionam seus alunos – como num *ranking* –, tornando o resultado comercial mais importante, reflexo da “mão invisível do mercado” (APPLE, op. cit.), do que o educacional.

O Brasil insere-se neste contexto como uma figura periférica, recebendo diretrizes da Agenda Internacional. Assim, não é de estranhar a adoção de políticas neoliberais pelo país, quase como uma imposição do FMI – Fundo Monetário Internacional – e do BM – Banco Mundial –, tendo a educação que se adaptar aos moldes da política adotada. Daí a necessidade das reformas educacionais que vêm ocorrendo nos últimos anos em vários países da Europa e América Latina e Caribe.

5 A ideologia impregna todas as atividades do homem, compreendendo entre elas a prática e a política, está presente nas atitudes e nos juízos políticos, no cinismo, na honestidade, na resignação e na rebelião (HARNECKER, 1968, p.100-101).

Organismos como a UNESCO⁶ e o Banco Mundial⁷ tem realizado propostas que se apresentam como disputas no campo da educação superior. A UNESCO tem como principal atividade a organização do ensino, em relação ao ensino superior visa o seu pleno desenvolvimento. De acordo com Alcântara (2003), *El Documento para el Cambio y el Desarrollo de la Educación Superior (1995)*, identifica três tendências principais: a expansão quantitativa, a diversificação de programas e as restrições financeiras, sendo assim o documento recomenda três princípios: o de relevância, o de qualidade e o de internacionalização. Diante disso o destaque é para a tendência de restrições financeiras que a cada dia tem-se o financiamento público sendo diminuído, o que ocasiona necessariamente a ausência de qualidade da educação superior, que é, portanto o grande desafio da atualidade.

No mesmo contexto tem-se o Banco Mundial que institui um discurso em que se prioriza a educação básica dos países em desenvolvimento em detrimento do ensino superior, o que denota a contradição de interesses entre um organismo e outro, e a defesa do BM em desqualificar a educação superior para facilitar a estratificação do acesso e da disseminação do conhecimento, assim cada país de acordo com sua condição de desenvolvimento sócio-econômico deve ter acesso a um determinado conhecimento, ou seja, se país com renda superior deve ter um conhecimento de alta qualidade senão o conhecimento deve ser para assimilar a produção, no intuito de atender ao mercado de trabalho.

A Educação superior no Brasil: o caso do Estado de Goiás e a Universidade Estadual de Goiás

Ao remontar a história da universidade brasileira, segundo Cassimiro e Gonçalves (1986), ela se origina no Brasil como um órgão transplantado dos países desenvolvidos; a produção bibliográfica estudada seria em sua grande maioria construída em realidades que não eram próprias e a importação da ciência não era própria dessa cultura.

É somente na década de 1930 que se cria a universidade pública brasileira. Até então o ensino superior se dava através de faculdades isoladas e privadas. Ao fundar as primeiras universidades brasileiras tem-se uma missão eterna conforme enuncia Santos (1996, p.188), *o espírito da universidade brasileira seria cultivar a mais lúcida consciência de uma determinada época*. Sendo assim, a universidade, em sua origem, teria como fim elevar o nível da cultura em geral, atendendo tanto a necessidades das pessoas individualmente consideradas, como as necessidades sociais.

A exclusão de alunos de baixa renda do ensino superior público e gratuito é uma realidade que permeia sua origem e seu desenvolvimento. De acordo com Dourado (2001), a natureza das primeiras universidades, Universidade do Brasil, posteriormente UFRJ⁸ e USP, instituídas com caráter público, se deu de cunho elitista, tendência que durou de 1920 a 1964.

6 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

7 Banco Mundial é composto pelo BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – e a AID – Associação Internacional de Desenvolvimento, os quais fazem parte do Grupo Banco Mundial.

8 Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade de São Paulo.

Posteriormente, a esse período há uma expansão predominantemente de cunho privado, com um desenvolvimento lento das instituições federais de ensino superior e o aceleração das privadas. Ainda Dourado (2001, p.15), afirma que *a expansão do ensino superior vincula-se a essa ideologia de modernização e de industrialização da sociedade brasileira*, resultando na configuração do “novo” ensino superior privado como um parceiro privilegiado do Estado nessa política de expansão, salientando a massificação do ensino superior.

A partir da década de 1970 desenvolveu-se um modelo de educação sustentado em critérios empresariais de lucro e eficiência. Para Dourado, Oliveira e Catani (2003), isso se justifica pela *“crise do capitalismo (...) bem como da intensificação do processo de mundialização do capital – especialmente do capital financeiro”*. Os autores corroboram a fala de Cunha (1979, p.186), segundo ele, *muitos empresários do setor educacional começaram a investir no ensino superior, o que tornou um modelo “tecnocrático-empresarial, teoricamente competitivo”*.

A década de 1980 se caracteriza pela fundação de universidades estaduais e faculdades isoladas em vários estados brasileiros – PA, PR, CE, BA, GO e MG. Atualmente, na sociedade global competitiva, impõe-se a reforma do Estado e do sistema educacional, redefinindo a educação superior, em especial a universidade pública. Enquanto instituição científica, educativa e social, a universidade cada vez mais faz parte da estrutura do poder social, ora acentuando a reprodução, ora formulando projetos de transformação social.

No Brasil constata-se na década de 1990, no setor educacional um relevante crescimento no ensino superior o que tem interessado aos países imperialistas que começam a discutir sobre participação externa no setor da educação. Para Goggiola (2004), *liderados pelos EUA, pretendem incluir o tema na pauta da Organização Mundial do Comércio (OMC) e também nas negociações para a Alca*, ainda esse autor o objetivo é *adquirir as instituições, injetar recursos, participar da gestão e finalmente revender as faculdades e universidades por preço multiplicado*.

No momento, constata-se uma preocupação com a ampliação da demanda e com a massificação da educação superior, o ensino superior privado vem tomando conta do mercado e as instituições públicas com a perda de sua autonomia, sendo tratadas como organizações e não como instituições sociais.

A sociedade brasileira é caracterizada por uma industrialização tardia, originária da agropecuária. Em Goiás, é urbana a maioria da população, perfazendo 89,27% (IBGE, 2002) da população total do estado, o que instiga a pensar, dentro dessa conjuntura econômica e social, o papel da educação e da universidade. Ainda de acordo com Dourado (2001), no Estado de Goiás, a partir de 1980, são criadas iniciativas de políticas de expansão e interiorização do ensino superior, implementadas em decorrência da necessidade de desenvolvimento regional de cidades consideradas pólos econômicos. Avolumam-se, então, os atos de criação de faculdades estaduais, de fundações municipais e de outras instituições de ensino superior no Estado. Tem-se como argumento legítimo dessas políticas o crescimento populacional, com tendência

predominante urbana e a expansão da fronteira agrícola, o que aumenta o dinamismo dos setores agropecuário e industrial.

Nesse sentido, o Estado de Goiás vivencia um desenvolvimento econômico e um incremento tecnológico que ocasionam mudanças nas relações de produção e de trabalho. Dourado (2001, p. 63) diz:

Essas alterações passaram a exigir novos padrões de qualificação para o trabalho, justificando as políticas de expansão e interiorização de serviços. Nesse sentido, destacam-se os serviços educacionais, particularmente a oferta do ensino superior, vista como emblema de modernização e progresso.

Até o ano de 1979, o Estado contava apenas com duas universidades – a Universidade Federal de Goiás e a Universidade Católica de Goiás – e nove estabelecimentos de ensino superior isolados, entre privadas, estaduais e municipais, criando-se, a partir de então, inúmeras instituições⁹ isoladas, com diferentes dependências administrativas – federal, estadual e municipal. Ainda nessa década de 1980, outro fator importante que proporcionou nesse Estado a interiorização foi a conjugação de forças no âmbito da sociedade civil, em busca da (re)democratização, os poderes instituídos e os interesses privatistas.

No Estado de Goiás, com a liberação do ensino superior pós LDBEN, na última década proliferaram rapidamente as instituições particulares, com frágil regulação do Estado, ao mesmo tempo em que o governo de Goiás ampliou as vagas do setor público na educação superior através da UEG. Portanto tem-se a materialização de tais reformas, através da abertura de diversas instituições de ensino superior, entre essas a consolidação da Universidade Estadual de Goiás – UEG -, que objetiva em primeira instância formar professores e profissionais para acessar e/ou permanecer no mercado de trabalho a partir de documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 e o Plano Nacional de Educação os quais definem a obrigatoriedade do curso superior para os profissionais da educação brasileira.

A universidade pública estadual de Goiás propõe-se a ser um espaço de produção de conhecimento, um *locus* de formação humana e profissional. Enquanto instituição social e educativa, seus princípios estão fundados na capacidade de buscar o saber e construir o conhecimento. Para Chauí (1998), nesse processo, a universidade deve interrogar, refletir, criticar, criar e formar, exercendo papel fundamental no avanço e na consolidação da democracia, o que implica compromisso com a luta pela democratização dos meios de produção da vida humana.

Destaca-se, também que o Estado de Goiás, na contramão do eixo sudeste-sul, expande-se pela via pública e, apesar de ensino superior, ser responsabilidade do governo federal, tem-se o Estado financiado e implementando o ensino superior, o que pode reverter em benefício das atuais forças no poder.

Considerada atualmente (2005) uma das maiores universidades brasileira em quantidade de *campi*, a UEG possui também grandes problemas: dos 1.213 docentes atuando

⁹ Sobre nome e locais dessas instituições de ensino superior, bem como sobre expansão e interiorização ver obra intitulada “A interiorização do ensino superior e a privatização do público”, de Luis Fernando Dourado, Ed. da UFG, 2001.

até maio de 2002, apenas 134 são concursados, 95 são efetivos e 984 são comissionados ou em regime de pró-labore. Isso favorece a rotatividade de professores nas unidades universitárias, impossibilitando a formação de um quadro permanente, comprometendo a pesquisa, o ensino e a extensão. Estes dados revelam que os professores apesar de possuírem a qualificação exigida para atuarem nas licenciaturas, a UEG está ainda muito longe de atingir o percentual de 30% de mestres e doutores determinado pela LDBEN nº 9394/96.

Outra característica marcante da UEG, que é também o caso de outras universidades da América Latina, conforme afirma Gentili (2001), com o caso da Argentina – Universidade de Buenos Aires -, é a condição do pluriemprego. O fato dos valores salariais serem baixos e sendo a maioria dos profissionais sem vínculo efetivo com a instituição, tem-se a busca de vários empregos para compensar os valores recebidos, normalmente em varias Unidades Universitárias da UEG, o que propicia a ausência da pesquisa e da extensão, ficando a universidade com a tarefa simplória de “ensinagem”.

A UEG conta, atualmente, com trinta e uma unidades¹⁰ universitárias, uma extensão universitária e vinte e três pólos universitários, estando presente em cinquenta municípios goianos, com quase oitocentos funcionários e com cerca de trinta mil alunos residentes em mais de duzentos municípios de Goiás e estados vizinhos como Minas Gerais, Mato Grosso além do Distrito Federal, o que em certa medida tem ao menos quantitativamente ampliado o acesso ao ensino superior nos últimos seis anos.

Para Ristoff (2004), um dos graves obstáculos ao desenvolvimento brasileiro resulta da dificuldade de acesso dos jovens à educação e, mais ainda, ao ensino superior, pois *“apenas 9% destes jovens entre 18 e 24 anos estão cursando este nível de ensino, enquanto o percentual de concluintes é de cerca de 11% da população brasileira”*.

A tabela a seguir confirma que apenas 11% das vagas do ensino superior são da esfera pública e quase 90% são ofertadas por instituições privadas, o que dificulta o acesso ao ensino superior para a maioria dos jovens brasileiros.

Tabela 1 - Vagas nas universidades públicas brasileiras

1960 a 1970	57,2% para 49%
1994	41,6%
1995	39,8%
1996	39,4%
1997	39%
1998	37,9%
2003	11%

Fonte: Documento da UEG – Programa de Qualidade, 05/2005.

¹⁰ No quadro atual tem-se unidades nos seguintes municípios: Anápolis, Caldas Novas, Campos Belos, Ceres, Crixás, Formosa, Goianésia, Goiânia, Cidade de Goiás, Inhumas, Ipameri, Iporá, Itaberaí, Itapaci, Itapuranga, Itumbiara, Jaraguá, Jussara, Luziânia, Minaçu, Morrinhos, Pires do Rio, Porangatu, Posse, Quirinópolis, Sanclerlândia, Santa Helena, São Luiz dos Montes Belos, São Miguel do Araguaia, Silvânia, Uruaçu. (Documento da UEG – Programa de Qualidade, 05/2005.)

Os dados alertam para a necessidade de investimento no setor educacional público superior como condição de desenvolvimento na nova lógica de produção de bens materiais para os estados. Tem-se em Goiás um investimento no setor educacional através da criação da UEG em 1999, como instituição *multicampi*, pública e gratuita, o que contraria as políticas neoliberais de privatização do ensino superior. As reformas educacionais em curso desde a década de 1970, tanto no Brasil como em outros países da América Latina, apresentam como principais objetivos adequar o sistema educacional ao processo de reestruturação produtiva e à nova organização do Estado.

As grandes transformações na ordem sócio-econômica vivenciadas na década de 1990, em nível mundial, como dito anteriormente, não tiveram seus reflexos e conseqüências ainda totalmente claras nem tampouco superadas. O modelo neoliberal de globalização e os efeitos de uma exacerbada informatização e robotização reorientaram mundialmente a organização social e as relações capitalistas de produção. Como as demais regiões do mundo, o Brasil e Goiás, em particular, vêm recebendo influências dessas mudanças. No intuito de promover a adaptação e a adequação do Estado ao processo de globalização, a educação superior busca qualificar a mão-de-obra enquanto investimento obrigatório do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Constatou-se, durante o estudo, o papel contraditório das diretrizes para a reforma do ensino das agências financiadoras como o Banco Mundial, UNESCO e o Fundo Monetário Internacional, no sentido de realizar o discurso da transformação cultural, ao mesmo tempo em que se busca resguardar o desenvolvimento econômico de países centrais, exercendo pressões para que os sistemas de ensino superior de países periféricos, como o Brasil, mantenham-se adequados para atender a tais interesses econômicos e ainda aos padrões de qualidade do mercado internacional.

A compreensão da dinâmica entre a universidade e a política econômica revela o alto grau de subordinação de países da América Latina em relação às orientações dos Organismos Multilaterais, principalmente do Banco Mundial, nesse contexto define-se o papel da sociedade civil, particularmente o da comunidade acadêmica universitária, que é de sair do imobilismo e buscar alternativas que lute contra a legitimação da privatização da educação superior, assim como o desenvolvimento de formação de profissionais críticos e comprometidos com a realidade social, reafirmando o papel da universidade enquanto instituição educativa.

A atuação do governo brasileiro tem sido acrítica em face das políticas e das regras da globalização que propõem mecanismos de conformismo, constituindo-se então, numa atuação inadequada para o enfrentamento do desafio da qualidade de educação superior. Ao buscar conhecer a política educacional estadual de Goiás necessitou-se antes entender “a correlação de forças” entre a política social e a política econômica. Na perspectiva de Gramsci (1978), não há uma instância da realidade econômica e outra da realidade política. A economia só se expressa como força política; por outro lado, as forças políticas só se configuram se existir uma

determinação econômica. É nesse sentido que a economia e a política são campos de forças que se expressam na construção de diferentes projetos na sociedade.

Diante do breve exposto se pode concluir que a luta pelo papel da universidade enquanto instituição social é premente, o combate ao papel de mercantilização do conhecimento que vem sendo assumido por conta das orientações dos organismos multilaterais e o que ocasiona uma formação aligeirada, massificada, para atender ao mercado de trabalho. No caso da formação de professores em específico a preocupação se dá pelo fato de que esses profissionais serão em parte responsáveis para contribuir com a transformação social, mas com que qualidade, com qual sustentação teórico-crítica, enfim é preciso lutar por uma redefinição da educação superior no Brasil/Go e em específico na UEG por uma política de financiamento, de concursos públicos e condições melhores de trabalho.

Dentre as considerações finais não se pode deixar de ressaltar que a UEG é uma universidade em um estágio embrionário e, portanto, reconhecer a importância do seu projeto de formação de professores/profissionais necessário se faz perceber o muito que ainda se tem que caminhar a partir de seu papel enquanto instituição social que se propõe contribuir com a transformação da realidade social. Precisamos ressaltar que a UEG não deixa de ser uma universidade que ao se expandir, e se interiorizar enquanto instituição pública *multicampi* em todo Estado de Goiás, propicia acesso e contribui para possíveis mudanças significativas na sociedade.

É, portanto, desafio de toda a sociedade civil, e em específico dos educadores deste século XXI, e da universidade enquanto instituição requisitada para contribuir na formação de uma consciência crítica, viabilizar uma formação profissional que capte a multidimensionalidade da realidade para uma possível atuação político-profissional que garanta uma educação de qualidade a todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANCÂNTARA, A. Tendências mundiales en la educacion superior. **El papel de los organismos multilaterais**. Firgoa. Universidde pública-espazo comunitário. (<http://firgoa.usc.es/drupal/node/10374>)
- APPLE, Michael W. **Educando à Direita: Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade**. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2003.
- BERGUER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Tradução Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394. Brasília, 1996.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002.
- CARNOY, M. O impacto da mundialização sobre as estratégias de reforma da educação; A articulação das reformas da educação na economia mundial. In: **Mundialização e reforma na educação**. Brasília: UNESCO, 2002.
- CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Educação Superior no Brasil: reestruturação e metamorfose das Universidades Públicas**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CASSIMIRO, Maria do Rosário; GONÇALVES, Oliveira Leite. **Rumos da Universidade Brasileira**. Goiânia: UFG, 1986.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2001a.
- CHAUÍ, Marilena. **Escritos Sobre a Universidade**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1998b.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- COGGIOLA, O. América Latina. Integração e desintegração. In: **América Latina e a Globalização**. São Paulo: Programa de pós-graduação em história econômica. 2004.
- DIAS, Sobrinho J. Educação superior, globalização e desafios ético-político. In: **Dilemas da educação superior no mundo globalizado**. SP: Casa do Psicólogo, 2005.
- DOURADO L. F. A Reforma do Estado e as políticas de formação de professores nos anos 1990. In: DOURADO, L. F., PARO, V. H. (org.). **Políticas Públicas e Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.
- DOURADO L. F, CATANI, A. M. e OLIVEIRA, J. F. **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã e Goiânia: Alternativa, 2003.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **A interiorização do ensino superior e a privatização do público**. Goiânia: Ed. Da UFG, 2001.
- GENTILI, Pablo. A Universidade na penumbra. O círculo vicioso da precarização do espaço público. In: Gentili P. (org.) **Universidade na Penumbra**. SP: Cortez – CLACSO, 2001.
- GRAMSCI, Antonio **Cadernos do Cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementais do materialismo histórico**. Santiago, 1968.

HAYEK, Friedrich August von. **O Caminho da servidão**. Tradução Anna Maria Capovilla e outros. Rio de Janeiro: Instituto Libera, 1990.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (I – Feuerbach)** Tradução José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1999.

OLIVEIRA, João Ferreira de. In: LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira de, TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

RIFKIN, Jeremy. **A era do acesso**. Trad. Maria Lucia G. L. Rosa. São Paulo: Makron Books, 2001.

RISTOFF, D. e ARAUJO, L. **Missão Inadiável**. Brasília: INEP, 2003. Disponível em: < <http://www.mec.gov.br> >. Acesso: 14/08/2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

STIGLITZ, Joseph E. **El malestar en la globalización**. Buenos Aires: Taurus, 2002.

TRINDADE, Héglio. As metáforas da crise: da “universidade em ruínas às “universidades na penumbra” na América Latina. In: **Universidade na penumbra**. SP: Cortez. CLACSO, 2001.

UEG, Universidade Estadual de Goiás. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Institucional – PEDI 2001 a 2004 – no processo da implantação e consolidação da UEG**. Anápolis: 2000.

UEG, Universidade Estadual de Goiás. **Iniciando uma proposta de Planejamento – 2001 a 2004**. Anápolis: 2001.

UEG, Universidade Estadual de Goiás. **Relatório de Gestão da UEG**. Disponível em: < <http://www.ueg.gov.br> >. Acesso: 14/08/2005.

NAÇÕES UNIDAS, Organização das. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Biblioteca Virtual da Universidade de São Paulo. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/declaracao/declaracao_univ.htm>. Acesso em: 28 set. 2004.

UNESCO. Conferência mundial sobre educação superior. In: **Tendências de educação superior para o século XXI**. Brasília. UNESCO/CRUB, 1999.

UNESCO-IESALC. **Informe sobre la educación superior em América Latina y el Caribe 2000-2005**. La metamorfose da educación superior. Caracas: 2006.